Notícias do dia 21 de junho

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 5 | Número de veículos: 4

O POPULAR - GO - CAPA
TCE - GO
Sobra álcool em gel, falta ventilação 3

O POPULAR - GO - VIDA URBANA
TCE - GO
Desafios do retorno às aulas 4

DAQUI - GO - GERAL
TCE - GO
Estrutura fora das normas 8

DIREÇÃO CONCURSOS - NOTICIAS
TCE - GO
Concurso Público Goiás: Confira as oportunidades 9

O POPULAR - ON LINE - GO - CIDADES
TCE - GO
Escolas públicas de Goiás enfrentarão deficiências estruturais no retorno ao ensino presencial 11

Sobra álcool em gel, falta ventilação

A pouco mais de um mês para volta das aulas presenciais, escolas públicas carecem de ajustes físicos para garantir segurança sanitária. Secretários veem condições para retomada gradual P12

Na escola Olga Mansur, em Goiânia, carteiras foram interditadas para estimular distanciamento mínimo entre os estudantes

Site: https://www.opopular.com.br/digital/21-junho-2021/1o-caderno

Desafios do retorno às aulas

Os estudantes e professores das escolas públicas de **Goiás** terão de conviver com deficiências estruturais de parte significativa das instituições na volta ao ensino presencial. Apesar do recebimento de recursos extras durante a pandemia, unidades estaduais e municipais lidam com características que estão em desacordo com as recomendações sanitárias.

Faltando pouco mais de um mês para o retorno, que está previsto para o início de agosto, colégios acumulam estoque de álcool e sabão. Por outro lado, espaços com pouca ventilação e bebedouros fora do padrão estão entre aspectos que não devem passar por adequações em tempo hábil.

Após um ano e três meses desde que as atividades presenciais foram suspensas em razão da pandemia de Covid-19, secretários e superintendentes em Educação defendem haver segurança para que o retorno gradual seja colocado em prática. As atividades do segundo semestre letivo da rede estadual se iniciam no dia 2 de agosto. As redes municipais de **Goiânia**, Aparecida de **Goiânia**, Anápolis e Rio Verde retornam no mesmo mês, com diferença apenas nos dias da retomada. Similar também serão os desafios dessas redes, que vão enfrentar dilemas pedagógicos e deficiências de suas estruturas escolares. Diante da pandemia, o segundo problema é ainda mais preocupante, já que pode acarretar em riscos diretos à saúde de estudantes e familiares.

No ano passado, o Centro de Operações de Emergências (COE) em Saúde Pública de **Goiás** para Enfrentamento ao Coronavírus estabeleceu as adequações necessárias para que as escolas voltassem a atender estudantes na modalidade presencial. No documento com 68 páginas, o COE prevê uma lista extensa de itens que precisam ser observados para que o retorno se dê de forma segura. Entre as questões, as escolas devem estar munidas de equipamentos para aferir temperatura, manter distanciamento em todos os ambientes, além de necessidades específicas como a exigência de separar uma sala para casos suspeitos identificados no próprio colégio.

Para o coordenador do Sindicato Municipal dos Servidores da Educação de **Goiânia** (Simsed), professor Antônio Gonçalves, as instituições públicas vivem um sucateamento histórico. Dadas as dificuldades incontornáveis em curto prazo, Antônio acredita que o retorno presencial não se mostra seguro para o mês de agosto. "São pias, vasos e torneiras que não funcionam. Salas de aula sem ventiladores, onde há janelas antigas com espaços pequenos de abertura, com alavancas emperradas, impedindo a circulação de ar", cita Antônio em lista de itens que causam preocupação.

Infraestrutura

As deficiências das estruturas de escolas são expostas nos dados do Censo Escolar de 2020, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O levantamento mostra que, entre as escolas públicas estaduais, 26 não possuem esgoto. Conforme o relatório, que é fruto de questionários aplicados entres os diretores de escolas, não possuir esgoto significa que a unidade escolar não tem nem o serviço público e nem fossa séptica. A Secretaria Estadual de Educação (Seduc) diz que todas as escolas estaduais possuem o serviço de esgoto, atribuindo o resultado a equívocos dos gestores no momento de completar os questionários. Ainda na rede mantida pelo Estado, o Censo mostra que 18 não têm acesso a água potável, outras nove não possuem banheiro, nove não tem internet fixa e 102 não possuem sinal de internet móvel para uso em celulares (confira o quadro).

Quando o recorte do Censo Escolar traz os números das redes municipais, o quadro é de maior deficiência. Das 2.474 escolas, 53 não possuem esgoto, levando em consideração o mesmo parâmetro da ausência de esgoto público ou fossa séptica, 7 não têm banheiro e 35 não têm água potável. A ausência de internet fixa atinge 92 unidades. O problema com sinal de internet móvel é várias vezes maior do que na Rede Estadual, atingindo 387 escolas municipais, o que equivale a 15,64% do total de unidades.

Outro medidor que sustenta as preocupações é o resultado de fiscalização feita pelo **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO). O Tribunal tem uma comissão própria que acompanha o desenvolvimento das atividades educacionais durante a pandemia de Covid-19. Com a sinalização de retomada, o **TCE** realizou pesquisa com visitas a unidades e entrevista com gestores de escolas da rede estadual. A fiscalização identificou que apesar de haver esforços da Seduc, as unidades escolares não foram beneficiadas com insumos necessários de forma igualitária. "A deficiência a ser sanada consiste, assim, no aprimoramento da distribuição de referidos insumos, de sorte a alcançar todas as unidades

escolares da rede pública estadual", diz o **conselheiro Saulo Mesquita**.

Um dos pontos destacados no relatório produzido pelo **TCE** é sobre a existência de bebedouros irregulares nas instituições fiscalizadas. Pela recomendação do COE, as unidades particulares e públicas devem instalar bebedouros sem contato manual. Em duas escolas visitadas pelo POPULAR, os colégios estaduais Jardim Balneário e Olga Mansur, ambos em **Goiânia**, todos os bebedouros instalados exigem contato manual e, conforme resposta das gestoras à reportagem, não há previsão de retirá-los. As escolas municipais de **Goiânia** terão o mesmo problema na retomada, sem a existência dos bebedouros nos parâmetros recomendados pelo COE.

Caso não passe por revisão até agosto, o limite das salas de aula será de 30% dos estudantes da turma com aulas presenciais. O número, no entanto, também precisa estar de acordo com as metragens de 1,5 metros de distância entre as mesas. A questão, segundo a Seduc, será modelada de acordo com a realidade de cada unidade.

No Colégio Olga Mansur, mesmo com apenas oito cadeiras liberadas por sala, o espaço entre elas não chega a 1,5 metros de distância. As turmas da escola chegam a ter 30 pessoas, segundo a diretora Karla Rashel. Assim, o porcentual de 30% dessas turmas chegaria a nove pessoas, uma a mais do que os assentos disponíveis. Conforme afirmou a diretora, a intenção é reduzir a porcentagem para respeitar o número de cadeiras.

Falta definição da rotina de aulas

Seguindo as orientações do COE, Estado e municípios colocarão em prática as dinâmicas do chamado ensino híbrido para a retomada em agosto. Dentro das possibilidades, a psicopedagoga Valéria Machado defende que aulas simultâneas é o modelo mais adequado, isto é, a mesma aula dada dentro da escola sendo transmitida para os demais alunos. "Aqueles que estão em sala de aula estão em vantagem. Um exemplo são aqueles alunos que têm algum déficit de aprendizagem como Transtorno déficit de atenção e o Transtorno déficit de atenção com a Hiperatividade", aponta Valéria.

A dinâmica de aulas simultâneas é colocada em curso nas instituições particulares de **Goiás**. Na rede pública, os estudantes terão dinâmicas de estudo diferentes a depender da rede. Nas escolas municipais de **Goiânia**, os estudantes não terão acesso a transmissão de aulas, conforme informa a superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional, Leila Barbosa. "Temos mais de 5 mil turmas, seria equipar 2 mil salas", diz a superintendente ao detalhar que o município seguirá entregando atividades impressas e por plataforma online. Manter o mesmo sistema é item criticado por professores do município ouvidos pela reportagem. "Nem mesmo os professores conseguiram lidar com o sistema disponível", diz uma professora da rede municipal que preferiu não ser identificada.

"O ideal seria ter essas aulas simultâneas, porém nós trabalhamos com uma rede em uma cidade que nós temos vários públicos. As famílias às vezes têm três crianças e só um equipamento, tendo que assistir em um mesmo horário", acrescenta Leila sobre as dificuldades. Diferente do Estado, porém, **Goiânia** terá sistema de rodízio de alunos assistindo aulas presenciais, decidindo o município atingir 100% dos estudantes. Segundo a superintendente da capital, a dinâmica de rodízio será anunciada nas próximas semanas, variando entre rodízios diários e semanais dependendo do nível de ensino.

Em Aparecida de **Goiânia** as turmas serão divididas em grupos de 30% e, assim como na capital, todos devem ter acesso a atividades presenciais caso queiram. "As unidades de ensino dividirão as turmas em pequenos grupos com até 30% da capacidade do ambiente. O ensino será de forma híbrida e os grupos frequentarão em períodos alternados, de maneira que receberão atendimento presencial em parte do tempo escolar, e atendimento por via do Ambiente Virtual de Aprendizagem", informa a Secretaria de Educação do município.

Na rede estadual, não existe estimativa exata de quantas turmas terão acesso às aulas simultâneas, mas, segundo a superintendente Patrícia Coutinho, todas as escolas receberam o mesmo valor em recursos para a compra de equipamentos e instalação de internet. O maior desafio, porém, será o de garantir acesso dos estudantes, diz o **conselheiro** do **TCE Saulo Mesquita**. "Muito embora tenham sido identificados investimentos para garantir a conectividade dos profissionais, com a aquisição de equipamentos tecnológicos, o sistema híbrido de ensino ainda requer aprimoramento, sobretudo diante da constatação de que 20% dos alunos não possuem ou têm acesso precário à Internet", diz Saulo. O **conselheiro** pontua que mesmo não estando totalmente preparada para o sistema híbrido não há impeditivo de que as aulas sejam retomadas "desde que haja continuidade de investimentos especificamente direcionados a esse fim".

Os planos de funcionamento das atividades práticas ainda não foram apresentados pelo Estado e nem pelos municípios citados. Assim, ainda falta explicação de como irá funcionar os horários de entrada e saída

de alunos, recomendado serem em momentos diferentes, estabelecido por turmas. Também não se tem certeza sobre quais ambientes funcionarão.

Pela recomendação do COE, parquinhos, bibliotecas, por exemplo, devem ter o uso evitado. "Para os Cmeis, o mais importante neste momento de pandemia seria adequar lugares externos, como pátios, viabilizando tendas para garantir um espaço com sombra. Isso ainda não foi feito em nenhuma instituição que conhecemos", diz o coordenador do Simsed.

Segundo Patrícia Coutinho, o plano será definido e divulgado até a primeira semana de julho. "Precisamos retornar para garantir o direito dos estudantes de aprender. Sempre cumprindo os protocolos", defende. Os planos pedagógicos de **Goiânia** e Aparecida de **Goiânia** também devem ser apresentados nas próximas semanas.

Demora na vacinação preocupa professores

Como mostrou o POPULAR em reportagem do último dia 9, a maioria dos docentes voltará para a sala de aula antes de receber a segunda dose da vacina contra a Covid-19. A imunização incompleta no momento da retomada se dará em razão do calendário das vacinas aplicadas nos professores, a maioria com necessidade de intervalo de 12 semanas entre a primeira e a segunda dose. Até a última sexta-feira (18), 100 mil profissionais da educação receberam a primeira dose do imunizante. A estimativa é de que, entre os ensinos básico e superior, **Goiás** tenha 106 mil trabalhadores. Com a segunda dose, porém, apenas 178 profissionais foram vacinados.

Segundo a superintendente da Seduc, Patrícia Coutinho, a volta poderá ser efetivada mesmo sem que todos os professores tenham recebido a segunda dose. A Seduc diz que parte dos municípios atingiu 100% de profissionais da Educação vacinados, o que traz expectativas para que a segunda dose seja aplicada antes do início das aulas.

A professora Flávia Marques, servidora da rede estadual, afirma não ver segurança no retorno. Flávia diz acreditar que mesmo após as duas doses ainda é necessário obedecer ao tempo de efeito do imunizante, que varia de duas a quatro semanas após a aplicação do reforço. Além disso, a docente cita preocupação com saúde de alunos e familiares que não estarão vacinados. "São muitas expectativas e a gente não sabe exatamente como vai ser", diz sobre a falta de explicações oficiais.

Entre as recomendações do Tribunal de Contas para o Governo de **Goiás** está a proposta de discussão sobre a possibilidade de que a volta ocorra apenas depois que os professores receberem as duas doses do imunizante. A presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de **Goiás** (Sintego), Bia de Lima, diz que a entidade busca diálogo no mesmo sentido. A representante sindical afirma à reportagem que busca adiar a volta do dia 2 para o dia 18 de agosto.

Nem todo município tem protocolos

De acordo com o **conselheiro** do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), Fabrício Motta, que acompanha a realidade das redes municipais, além do plano pedagógico, parte dos municípios ainda não apresentou protocolo sanitário. "Apesar de o Estado ter elaborado há muito tempo, muitos municípios ainda não possuem seu próprio protocolo ou não manifestaram publicamente a intenção de seguir o protocolo estadual. A definição do protocolo é extremamente importante para que as providências necessárias, as reformas, compras de insumos e equipamentos, por exemplo, possam ser planejadas e executadas antes do início das aulas", aponta o **conselheiro**.

Além disso, Fabrício diz que a definição do protocolo é um passo fundamental para que a comunidade escolar tenha ciência sobre como deve se portar no dia a dia de atividades educativas. "É preciso que os municípios definam protocolo sanitário de retorno e constituam comissão interdisciplinar formada por agentes atuantes na saúde, educação e também membros da comunidade escolar", detalha o **conselheiro**.

Essa comissão citada é destinada para auxiliar a identificar as falhas, sanar os problemas e certificar o cumprimento das cautelas. "Só com planejamento, envolvimento e ampla participação será possível pensar em um retorno minimamente seguro", salienta Fabrício. "O fiel cumprimento do protocolo, incluindo questões como adequada ventilação, distanciamento, e outras, dependerá de planejamento dos gestores e de fiscalização. O planejamento, se não foi feito, já está atrasado para permitir volta às aulas com segurança", acrescenta.

Pedagógico impactado

O planejamento pedagógico das instituições terá desafios que também passam pelas problemáticas das estruturas físicas. A superintendência de Gestão da Rede e Inovação Educacional da rede municipal de **Goiânia** diz ao POPULAR que o momento da soneca, previsto na rotina da educação infantil, não poderá ser colocado em prática nos primeiros meses da retomada do ensino presencial. Para o professor Antônio Gonçalves, a questão é um problema: "Como vai fazer a aula sem que a criança possa dormir? Sem que a

criança possa brincar?", questiona ao apontar que os parquinhos e brinquedotecas terão acesso restritivo.

Para a psicopedagoga Valéria Machado, dentro e fora da sala de aula, o maior desafio é o de organizar ferramentas capazes de proporcionar suporte pedagógico para as crianças e familiares. "Ao orientar, por meio de conversas online, os familiares percebem o impacto devido à falta de acessibilidade estrutural. Esse sistema gera dúvida sobre o rendimento, o desenvolvimento cognitivo das crianças, sua eficácia e ao mesmo tempo, exige que o professor se reinvente para oferecer uma forma de ensinar que atenda as necessidades de aprendizagem de seus educandos", considera Valéria.

Os docentes também terão as dificuldades acentuadas, aponta a psicopedagoga. Além da necessidade de analisar déficit de aprendizagem, outro desafio será o de lidar com emoções, socialização e a nova dinâmica de aprendizagem escolar. "Na volta às aulas presenciais, os educadores vão precisar rever as expectativas com relação aos conteúdos planejados e objetivos almejados. O desempenho dos alunos pode sofrer uma queda com o retorno", diz Valéria.

Na volta às aulas presenciais, os educadores vão precisar reverás expectativas com relação aos conteúdos planejados e objetivos almejados * Valéria Machado, psicopedagoga

São muitas expectativas e a gente não sabe exatamente como vai ser" Flávia Marques, professora da rede estadual de **Goiás**, sobre a falta de explicações oficiais para a retomada das aulas presenciais em agosto

Saio no Colégio Estadual Jardim Balneário Meia Ponte, em **Goiânia**, começa a ser preparada paro aulas

Site: https://www.opopular.com.br/digital/21-junho-2021/1o-caderno

Estrutura fora das normas

Na volta ao ensino presencial, prevista para agosto, os estudantes e professores das escolas públicas de **Goiás** terão de conviver com deficiências estruturais de parte significativa das instituições. Apesar do recebimento de recursos extras durante a pandemia, unidades estaduais e municipais convivem com características que estão em desacordo com as recomendações sanitárias.

Hoje, colégios acumulam estoque de álcool e sabão. Por outro lado, espaços com pouca ventilação e bebedouros fora do padrão estão entre aspectos que não devem passar por adequações em tempo hábil.

No ano passado, o Centro de Operações de Emergências (COE) em Saúde Pública de **Goiás** para Enfrentamento ao Coronavírus estabeleceu as adequações necessárias para que as escolas voltassem a atender estudantes na modalidade presencial.

No documento com 68 páginas, o COE prevê uma lista extensa de itens que precisam ser observados para que o retomo se dê de forma segura. Entre as questões, as escolas devem estar munidas de equipamentos para aferir temperatura, manter distanciamento em todos os ambientes, além de necessidades específicas como a exigência de separar uma sala para casos suspeitos identificados no próprio colégio.

SUCATEADAS

Para o coordenador do Sindicato Municipal dos Servidores da Educação de **Goiânia** (Simsed), professor Antônio Gonçalves, as instituições públicas vivem um sucateamento histórico.

Dadas as dificuldades incontornáveis em curto prazo, Antônio acredita que o retomo presencial não se mostra seguro para o mês de agosto. "São pias, vasos e torneiras que não funcionam. Salas de aula sem ventiladores, onde há janelas antigas com espaços pequenos de abertura, com alavancas emperradas, impedindo a circulação de ar", cita Antônio em lista de itens que causam preocupação.

INFRAESTRUTURA

Com a sinalização de retomada, o **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) realizou pesquisa com visitas a unidades e entrevista com gestores de escolas da rede estadual. Um dos pontos destacados no relatório é sobre a existência de bebedouros irregulares nas instituições fiscalizadas.

Pela recomendação do COE, as unidades particulares e públicas devem instalar bebedouros sem contato manual. Em duas escolas visitadas pela reportagem, os colégios estaduais Jardim Balneário e Olga Mansur, ambos em **Goiânia**, todos os bebedouros instalados exigem contato manual e, conforme resposta das gestoras à reportagem, não há previsão de retirá-los. As escolas municipais de **Goiânia** terão o mesmo problema na retomada.

Site: https://daqui.opopular.com.br/digital/21-junho-2021/daqui-go

Concurso Público Goiás: Confira as oportunidades

Redação Direção Concursos

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de **Goiás** para 2021 não trouxe a previsão de Concurso Público **Goiás** a serem realizados em 2021 ou nos próximos anos. Isso por conta das restrições estaduais em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal, que possui validade até 2026.

Ainda assim, a possiblidade de concurso público GO é grande, principalmente para áreas de carreiras essenciais, como saúde, educação e segurança pública. Além disso, diversos entes da administração indireta, que possuem autonomia financeira, além de órgãos ligados ao Judiciário e Ministério Público, também estão prestes a realizar novas seleções.

Confira nesta matéria todas as informações referentes aos concursos públicos no Estado de **Goiás** e saia na frente!

Um despacho da Polícia Militar à **Assembleia Legislativa de Goiás** sugeriu a realização de novo concurso PM GO . Ao todo, foram 2.000 vagas solicitadas, conforme apresentação na Casa Legislativa. As vagas seriam divididas em 1900 oportunidades para o cargo de Soldado e 100 vagas para o cargo de Cadete.

Em entrevista coletiva, o governador de **Goiás**, Ronaldo Caiado, disse acreditar na reposição de pessoal. "Não queremos ampliar, queremos repor o que já foi perdido", destacou.

Um novo concurso PC GO foi solicitado no início de fevereiro. Conforme um documento obtido com exclusividade pela equipe de jornalismo do Direção Concursos, o secretário do Estado pediu um total de 418 vagas, que seriam distribuídas para os cargos de Escrivão (115) e Agente de Polícia (303).

Além disso, o deputado estadual Delegado Humberto Teófilo publicou recentemente em suas redes sociais que a corporação conta com 1.562 cargos ociosos, bem abaixo do número de vagas solicitadas.

O Tribunal de Justiça de **Goiás** anunciou, por meio de suas redes sociais, que o desembargador Luiz Cláudio Veiga Braga foi o escolhido para presidir a banca examinadora do próximo concurso para juízes substituto do órgão.

Saiba mais sobre o Concurso TJ GO Juiz AQUI

O regulamento do concurso para o Tribunal de Justiça de **Goiás** (concurso TJ GO) foi publicado com informações sobre os cargos do novo edital autorizado. Conforme o divulgado pelo próprio órgão, o edital terá a oferta de 99 vagas imediatas no cargo de analista judiciário, que exigirá, conforme o projeto básico, nível superior.

O Tribunal Regional Eleitoral de **Goiás** confirmou a realização de estudos para a viabilidade de um novo concurso TRE GO para o provimento de cargos. Para que haja um novo concurso público, entretanto, existe a necessidade de alteração da Portaria 671/2017 do TSE, que suspendeu naquele ano a contratação de pessoal.

Você pode conferir mais detalhes das principais oportunidades para área de controle:

CONCURSO CONTROLE

Outro concurso da segurança pública que foi solicitado junto à **Assembleia Legislativa de Goiás** foi o do Corpo de Bombeiros Militar. Ao todo, foram requisitadas um total de 1.000 vagas, nas quais serão distribuídas entre Praças e Oficiais. O último concurso Bombeiros GO do órgão foi realizado em 2016, sob organização da FunRio. As remunerações são de R$ 1,5 mil a 5,4 mil.

No fim de 2020, a **Assembleia Legislativa de Goiás** a proposta de emenda à Constituição estadual aprovou a criação da carreira de Policial Penal no Estado. Os próximos passos são a estruturação e organização da carreira, que ficará por lei ordinária de iniciativa do Executivo. A criação segue os passos da Emenda à Constituição Federal, que criou as polícias penais.

Saiba mais sobre a criação do cargo AQUI

Você pode conferir mais detalhes das principais oportunidades para área policial:

CONCURSO POLICIAL

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de **Goiás** trouxe expectativa de um novo processo para a Secretaria de Saúde de **Goiás** a partir de 2023. Com último edital publicado em 2010, o órgão possui um alto número de cargos vagos. Conforme a LDO, a previsão é de um concurso para reposição de pessoal de 25% dos aposentados.

Assim como a SES GO, a Secretaria de Educação também planeja realizar um novo concurso público a partir de 2023, também repondo o quadro de pessoal por meio dos servidores aposentados. Contudo, por conta de problemas com orçamento, essa reposição ficará limitada a 25% dos cargos oriundos de servidores aposentados.

Você pode conferir mais detalhes das principais oportunidades para área de educação:

CONCURSOS EDUCAÇÃO

Saiu um novo edital do concurso MP GO com três vagas de nível fundamental (secretário auxiliar), cujo salário chega ao valor de R$ 3.549,56 iniciais.

O Conselho Regional dos Técnicos Industriais da 1ª Região, que tem o **Goiás** como um dos estados que englobam CRT-1, já possui banca organizadora definida: o Instituto Quadrix. Ao todo, serão 31 vagas, além da formação de cadastro de reserva para cargos de nível médio e técnico. A remuneração máxima é de R$ 3 mil.

Há mais de um ano, a Justiça de **Goiás** acatou um pedido do Ministério Público para a realização de o primeiro Concurso Público para a Junta Comercial do Estado de **Goiás** (JUCEG GO). O prazo proposto pelo MP GO para realizar todo o processo de preparação do concurso já findou. Ao todo, o órgão acumula 115 cargos vagos.

Confira os detalhes AQUI

A comissão organizadora para o novo concurso **TCE** GO está formada há mais de dois anos. Contudo, os trabalhos continuam paralisados em decorrência da falta de orçamento e a pandemia de coronavírus que assola o País. Fazem parte do grupo Flávio Lúcio Rodrigues da Silva, **conselheiro** substituto, como Presidente, além de Cláudia Mendonça, Ana Tereza, Vitor Gobato e Bruno Batista.

Confira mais sobre este certame AQUI

Publicado em março de 2020, o edital para a prefeitura de **Goiânia** está com suas inscrições suspensas em virtude da pandemia de coronavirus. A seleção ofertará um total de 1.531 vagas para cargos municipais da Educação, Saúde, Assistência Social e Guarda Civil Metropolitana. Ainda não existe uma previsão para a retomada dos trabalhos.

Clique AQUI e saiba os detalhes deste concurso

O concurso CRO GO tem edital publicado, com vagas para o cargo de advogado do órgão, cujo requisito é possuir nível superior de escolaridade em Direito.

Assinatura Ilimitada

Quer garantir centenas de cursos para os principais concursos públicos do país? Basta adquirir a Assinatura Ilimitada do Direção Concursos , em parceria com o QC, para ter acesso ao PDF 2.0 : a plataforma que vem mudando a sua forma de estudar. Confira:

Agora as notícias mais quentes do mundo dos concursos públicos, também podem ser acompanhadas no Instagram do Direção News. Basta clicar aqui e acompanhar nossas atualizações diariamente! CLIQUE AQUI E SIGA AGORA MESMO!

Site:
https://www.direcaoconcursos.com.br/noticias/concurso-publico-goias/

Escolas públicas de Goiás enfrentarão deficiências estruturais no retorno ao ensino presencial

Os estudantes e professores das escolas públicas de **Goiás** terão de conviver com deficiências estruturais de parte significativa das instituições na volta ao ensino presencial. Apesar do recebimento de recursos extras durante a pandemia, unidades estaduais e municipais lidam com características que estão em desacordo com as recomendações sanitárias.

Faltando pouco mais de um mês para o retorno, que está previsto para o início de agosto, colégios acumulam estoque de álcool e sabão. Por outro lado, espaços com pouca ventilação e bebedouros fora do padrão estão entre aspectos que não devem passar por adequações em tempo hábil.

Após um ano e três meses desde que as atividades presenciais foram suspensas em razão da pandemia de Covid-19, secretários e superintendentes em Educação defendem haver segurança para que o retorno gradual seja colocado em prática. As atividades do segundo semestre letivo da rede estadual se iniciam no dia 2 de agosto. As redes municipais de **Goiânia**, Aparecida de **Goiânia**, Anápolis e Rio Verde retornam no mesmo mês, com diferença apenas nos dias da retomada. Similar também serão os desafios dessas redes, que vão enfrentar dilemas pedagógicos e deficiências de suas estruturas escolares. Diante da pandemia, o segundo problema é ainda mais preocupante, já que pode acarretar em riscos diretos à saúde de estudantes e familiares.

No ano passado, o Centro de Operações de Emergências (COE) em Saúde Pública de **Goiás** para Enfrentamento ao Coronavírus estabeleceu as adequações necessárias para que as escolas voltassem a atender estudantes na modalidade presencial. No documento com 68 páginas, o COE prevê uma lista extensa de itens que precisam ser observados para que o retorno se dê de forma segura. Entre as questões, as escolas devem estar munidas de equipamentos para aferir temperatura, manter distanciamento em todos os ambientes, além de necessidades específicas como a exigência de separar uma sala para casos suspeitos identificados no próprio colégio.

Para o coordenador do Sindicato Municipal dos Servidores da Educação de **Goiânia** (Simsed), professor Antônio Gonçalves, as instituições públicas vivem um sucateamento histórico. Dadas as dificuldades incontornáveis em curto prazo, Antônio acredita que o retorno presencial não se mostra seguro para o mês de agosto. "São pias, vasos e torneiras que não funcionam. Salas de aula sem ventiladores, onde há janelas antigas com espaços pequenos de abertura, com alavancas emperradas, impedindo a circulação de ar", cita Antônio em lista de itens que causam preocupação.

Infraestrutura

As deficiências das estruturas de escolas são expostas nos dados do Censo Escolar de 2020, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O levantamento mostra que, entre as escolas públicas estaduais, 26 não possuem esgoto. Conforme o relatório, que é fruto de questionários aplicados entres os diretores de escolas, não possuir esgoto significa que a unidade escolar não tem nem o serviço público e nem fossa séptica. A Secretaria Estadual de Educação (Seduc) diz que todas as escolas estaduais possuem o serviço de esgoto, atribuindo o resultado a equívocos dos gestores no momento de completar os questionários. Ainda na rede mantida pelo Estado, o Censo mostra que 18 não têm acesso a água potável, outras nove não possuem banheiro, nove não tem internet fixa e 102 não possuem sinal de internet móvel para uso em celulares (confira o quadro).

Quando o recorte do Censo Escolar traz os números das redes municipais, o quadro é de maior deficiência. Das 2.474 escolas, 53 não possuem esgoto, levando em consideração o mesmo parâmetro da ausência de esgoto público ou fossa séptica, 7 não têm banheiro e 35 não têm água potável. A ausência de internet fixa atinge 92 unidades. O problema com sinal de internet móvel é várias vezes maior do que na Rede Estadual, atingindo 387 escolas municipais, o que equivale a 15,64% do total de unidades.

Outro medidor que sustenta as preocupações é o resultado de fiscalização feita pelo **Tribunal de**

Contas do Estado de Goiás (**TCE**-GO). O Tribunal tem uma comissão própria que acompanha o desenvolvimento das atividades educacionais durante a pandemia de Covid-19. Com a sinalização de retomada, o **TCE** realizou pesquisa com visitas a unidades e entrevista com gestores de escolas da rede estadual. A fiscalização identificou que apesar de haver esforços da Seduc, as unidades escolares não foram beneficiadas com insumos necessários de forma igualitária. "A deficiência a ser sanada consiste, assim, no aprimoramento da distribuição de referidos insumos, de sorte a alcançar todas as unidades escolares da rede pública estadual", diz o **conselheiro Saulo Mesquita**.

Um dos pontos destacados no relatório produzido pelo **TCE** é sobre a existência de bebedouros irregulares nas instituições fiscalizadas. Pela recomendação do COE, as unidades particulares e públicas devem instalar bebedouros sem contato manual. Em duas escolas visitadas pelo POPULAR, os colégios estaduais Jardim Balneário e Olga Mansur, ambos em **Goiânia**, todos os bebedouros instalados exigem contato manual e, conforme resposta das gestoras à reportagem, não há previsão de retirá-los. As escolas municipais de **Goiânia** terão o mesmo problema na retomada, sem a existência dos bebedouros nos parâmetros recomendados pelo COE.

Caso não passe por revisão até agosto, o limite das salas de aula será de 30% dos estudantes da turma com aulas presenciais. O número, no entanto, também precisa estar de acordo com as metragens de 1,5 metros de distância entre as mesas. A questão, segundo a Seduc, será modelada de acordo com a realidade de cada unidade.

No Colégio Olga Mansur, mesmo com apenas oito cadeiras liberadas por sala, o espaço entre elas não chega a 1,5 metros de distância. As turmas da escola chegam a ter 30 pessoas, segundo a diretora Karla Rashel. Assim, o porcentual de 30% dessas turmas chegaria a nove pessoas, uma a mais do que os assentos disponíveis. Conforme afirmou a diretora, a intenção é reduzir a porcentagem para respeitar o número de cadeiras.

Falta definição da rotina de aulas

Seguindo as orientações do COE, Estado e municípios colocarão em prática as dinâmicas do chamado ensino híbrido para a retomada em agosto. Dentro das possibilidades, a psicopedagoga Valéria Machado defende que aulas simultâneas é o modelo mais adequado, isto é, a mesma aula dada dentro da escola sendo transmitida para os demais alunos. "Aqueles que estão em sala de aula estão em vantagem. Um exemplo são aqueles alunos que têm algum déficit de aprendizagem como Transtorno déficit de atenção e o Transtorno déficit de atenção com a Hiperatividade", aponta Valéria.

A dinâmica de aulas simultâneas é colocada em curso nas instituições particulares de **Goiás**. Na rede pública, os estudantes terão dinâmicas de estudo diferentes a depender da rede. Nas escolas municipais de **Goiânia**, os estudantes não terão acesso a transmissão de aulas, conforme informa a superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional, Leila Barbosa. "Temos mais de 5 mil turmas, seria equipar 2 mil salas", diz a superintendente ao detalhar que o município seguirá entregando atividades impressas e por plataforma online. Manter o mesmo sistema é item criticado por professores do município ouvidos pela reportagem. "Nem mesmo os professores conseguiram lidar com o sistema disponível", diz uma professora da rede municipal que preferiu não ser identificada.

"O ideal seria ter essas aulas simultâneas, porém nós trabalhamos com uma rede em uma cidade que nós temos vários públicos. As famílias às vezes têm três crianças e só um equipamento, tendo que assistir em um mesmo horário", acrescenta Leila sobre as dificuldades. Diferente do Estado, porém, **Goiânia** terá sistema de rodízio de alunos assistindo aulas presenciais, decidindo o município atingir 100% dos estudantes. Segundo a superintendente da capital, a dinâmica de rodízio será anunciada nas próximas semanas, variando entre rodízios diários e semanais dependendo do nível de ensino.

Em Aparecida de **Goiânia** as turmas serão divididas em grupos de 30% e, assim como na capital, todos devem ter acesso a atividades presenciais caso queiram. "As unidades de ensino dividirão as turmas em pequenos grupos com até 30% da capacidade do ambiente. O ensino será de forma híbrida e os grupos frequentarão em períodos alternados, de maneira que receberão atendimento presencial em parte do tempo escolar, e atendimento por via do Ambiente Virtual de Aprendizagem", informa a Secretaria de Educação do município.

Na rede estadual, não existe estimativa exata de quantas turmas terão acesso às aulas simultâneas, mas, segundo a superintendente Patrícia Coutinho, todas as escolas receberam o mesmo valor em recursos para a compra de equipamentos e instalação de internet. O maior desafio, porém, será o de garantir acesso dos estudantes, diz o **conselheiro** do **TCE Saulo Mesquita**. "Muito embora tenham sido identificados investimentos para garantir a conectividade dos profissionais, com a aquisição de equipamentos tecnológicos, o sistema híbrido de ensino ainda requer aprimoramento, sobretudo diante

da constatação de que 20% dos alunos não possuem ou têm acesso precário à Internet", diz Saulo. O **conselheiro** pontua que mesmo não estando totalmente preparada para o sistema híbrido não há impeditivo de que as aulas sejam retomadas "desde que haja continuidade de investimentos especificamente direcionados a esse fim".

Os planos de funcionamento das atividades práticas ainda não foram apresentados pelo Estado e nem pelos municípios citados. Assim, ainda falta explicação de como irá funcionar os horários de entrada e saída de alunos, recomendado serem em momentos diferentes, estabelecido por turmas. Também não se tem certeza sobre quais ambientes funcionarão.

Pela recomendação do COE, parquinhos, bibliotecas, por exemplo, devem ter o uso evitado. "Para os Cmeis, o mais importante neste momento de pandemia seria adequar lugares externos, como pátios, viabilizando tendas para garantir um espaço com sombra. Isso ainda não foi feito em nenhuma instituição que conhecemos", diz o coordenador do Simsed.

Segundo Patrícia Coutinho, o plano será definido e divulgado até a primeira semana de julho. "Precisamos retornar para garantir o direito dos estudantes de aprender. Sempre cumprindo os protocolos", defende. Os planos pedagógicos de **Goiânia** e Aparecida de **Goiânia** também devem ser apresentados nas próximas semanas.

Demora na vacinação preocupa professores

Como mostrou o POPULAR em reportagem do último dia 9, a maioria dos docentes voltará para a sala de aula antes de receber a segunda dose da vacina contra a Covid-19. A imunização incompleta no momento da retomada se dará em razão do calendário das vacinas aplicadas nos professores, a maioria com necessidade de intervalo de 12 semanas entre a primeira e a segunda dose. Até a última sexta-feira (18), 100 mil profissionais da educação receberam a primeira dose do imunizante. A estimativa é de que, entre os ensinos básico e superior, **Goiás** tenha 106 mil trabalhadores. Com a segunda dose, porém, apenas 178 profissionais foram vacinados.

Segundo a superintendente da Seduc, Patrícia Coutinho, a volta poderá ser efetivada mesmo sem que todos os professores tenham recebido a segunda dose. A Seduc diz que parte dos municípios atingiu 100% de profissionais da Educação vacinados, o que traz expectativas para que a segunda dose seja aplicada antes do início das aulas.

A professora Flávia Marques, servidora da rede estadual, afirma não ver segurança no retorno. Flávia diz acreditar que mesmo após as duas doses ainda é necessário obedecer ao tempo de efeito do imunizante, que varia de duas a quatro semanas após a aplicação do reforço. Além disso, a docente cita preocupação com saúde de alunos e familiares que não estarão vacinados. "São muitas expectativas e a gente não sabe exatamente como vai ser", diz sobre a falta de explicações oficiais.

Entre as recomendações do Tribunal de Contas para o Governo de **Goiás** está a proposta de discussão sobre a possibilidade de que a volta ocorra apenas depois que os professores receberem as duas doses do imunizante. A presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de **Goiás** (Sintego), Bia de Lima, diz que a entidade busca diálogo no mesmo sentido. A representante sindical afirma à reportagem que busca adiar a volta do dia 2 para o dia 18 de agosto.

Nem todo município tem protocolos

De acordo com o **conselheiro** do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), Fabrício Motta, que acompanha a realidade das redes municipais, além do plano pedagógico, parte dos municípios ainda não apresentou protocolo sanitário. "Apesar de o Estado ter elaborado há muito tempo, muitos municípios ainda não possuem seu próprio protocolo ou não manifestaram publicamente a intenção de seguir o protocolo estadual. A definição do protocolo é extremamente importante para que as providências necessárias, as reformas, compras de insumos e equipamentos, por exemplo, possam ser planejadas e executadas antes do início das aulas", aponta o **conselheiro**.

Além disso, Fabrício diz que a definição do protocolo é um passo fundamental para que a comunidade escolar tenha ciência sobre como deve se portar no dia a dia de atividades educativas. "É preciso que os municípios definam protocolo sanitário de retorno e constituam comissão interdisciplinar formada por agentes atuantes na saúde, educação e também membros da comunidade escolar", detalha o **conselheiro**.

Essa comissão citada é destinada para auxiliar a identificar as falhas, sanar os problemas e certificar o cumprimento das cautelas. "Só com planejamento, envolvimento e ampla participação será possível pensar em um retorno minimamente seguro", salienta Fabrício. "O fiel cumprimento do protocolo, incluindo questões como adequada ventilação, distanciamento, e outras, dependerá de planejamento dos gestores e de fiscalização. O planejamento, se não foi feito, já está atrasado para permitir volta às aulas com segurança", acrescenta.

Pedagógico impactado

O planejamento pedagógico das instituições terá desafios que também passam pelas problemáticas das estruturas físicas. A superintendência de Gestão da Rede e Inovação Educacional da rede municipal de **Goiânia** diz ao POPULAR que o momento da soneca, previsto na rotina da educação infantil, não poderá ser colocado em prática nos primeiros meses da retomada do ensino presencial. Para o professor Antônio Gonçalves, a questão é um problema: "Como vai fazer a aula sem que a criança possa dormir? Sem que a criança possa brincar?", questiona ao apontar que os parquinhos e brinquedotecas terão acesso restritivo.

Para a psicopedagoga Valéria Machado, dentro e fora da sala de aula, o maior desafio é o de organizar ferramentas capazes de proporcionar suporte pedagógico para as crianças e familiares. "Ao orientar, por meio de conversas online, os familiares percebem o impacto devido à falta de acessibilidade estrutural. Esse sistema gera dúvida sobre o rendimento, o desenvolvimento cognitivo das crianças, sua eficácia e ao mesmo tempo, exige que o professor se reinvente para oferecer uma forma de ensinar que atenda as necessidades de aprendizagem de seus educandos", considera Valéria.

Os docentes também terão as dificuldades acentuadas, aponta a psicopedagoga. Além da necessidade de analisar déficit de aprendizagem, outro desafio será o de lidar com emoções, socialização e a nova dinâmica de aprendizagem escolar. "Na volta às aulas presenciais, os educadores vão precisar rever as expectativas com relação aos conteúdos planejados e objetivos almejados. O desempenho dos alunos pode sofrer uma queda com o retorno", diz Valéria.

Site:
https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/escolas-p%C3%BAblicas-de-goi%C3%A1s-enfrentar%C3%A3o-defici%C3%AAncias-estruturais-no-retorno-ao-ensino-presencial-1.2271207